

## Entrevista

### Distributivismo: uma alternativa para o Brasil

Bruno Gomes de Araújo<sup>1</sup>

Edu Silvestre de Albuquerque<sup>2</sup>

*O Distributivismo ou Distributismo é um movimento intelectual de origem anglo-católica de início do século XX, inspirado na Doutrina Social da Igreja Católica. Sua doutrina se ampara em uma original concepção de liberdade fundada na privacidade do lar, no controle sobre os próprios filhos e no direito a se ter um negócio próprio. Portanto, a doutrina distributivista se funda na premissa de que a propriedade privada representa condição e salvaguarda da liberdade individual diante da coerção burguesa (oligopólios privados) e/ou da tirania do Estado (monopólios estatais). Essa entrevista com o professor e geógrafo Dr. Edu Silvestre de Albuquerque (UFRN) foi realizada pelo doutorando Me. Bruno Gomes (PPGe/UFRN), nas dependências do Departamento de Geografia, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), entre os dias 23 e 24 de março de 2017.*

**- Bruno Gomes: Professor, a concepção Distributivista de valorização da propriedade familiar não seria mais adequada para sociedades rurais?**

- Prof. Edu Albuquerque: Ao início do século XX, quando Hilaire Belloc e Gilbert Chesterton escrevem suas obras, a Grã-Bretanha já era uma sociedade amplamente urbana. Naquela época, as atividades comerciais mais simples eram ainda realizadas nos bairros, garantindo a reprodução familiar através da pequena propriedade no meio urbano. Assim, os pensadores fundadores do distributivismo já defendiam a redistribuição da propriedade no setor de comércio varejista, incitando desde boicotes às grandes redes comerciais quanto regulamentações antimonopolistas pelo poder público para defender a pequena propriedade familiar contra a concorrência desigual dos oligopólios empresariais.

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia - PPGe/UFRN. E-mail: gomesaux@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Geografia. Docente do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. E-mail: edusilvestre@ufrnet.br

**- Bruno Gomes: Como obter equilíbrio social na fórmula distributiva se as famílias ocidentais estão cada vez menores (menos de dois filhos por casal na Europa, Estados Unidos, Brasil...)?**

- Prof. Edu Albuquerque: Penso que a definição de trabalho familiar não deva se restringir ao casal e filhos, podendo abranger os avós e consanguinidades laterais. Veja que o idoso é considerado na sociedade moderna um peso morto, mas entendo que ele ainda encerra potencial produtivo desde que observada suas limitações naturais inerentes à idade. Outro aspecto positivo é a possibilidade de se ensinar desde cedo responsabilidade aos adolescentes (conjugando estudo e trabalho), bem como a importância da poupança para realizar os sonhos futuros (universidade, viagens...). Outro aspecto que gostaria de destacar é que a propriedade familiar não precisa se restringir propriamente ao trabalho familiar, ainda que se deva ter muito cuidado ao legislar esses limites.

**- Bruno Gomes: Medidas como boicote e regulamentação não podem ser vistas pelo mercado como uma intromissão do Estado sobre a liberdade econômica?**

- Prof. Edu Albuquerque: Ora, numa sociedade onde apenas alguns poucos podem ter propriedade privada (pela via da apropriação legal ou corrupta de fundos públicos e/ou créditos bancários ou da herança sobre grandes fortunas) não se pode falar que exista de fato liberdade econômica. Chesterton costumava afirmar que o nome correto desse sistema econômico excludente não deveria ser capitalismo (pois este resulta num número sempre decrescente de proprietários), e sim proletarismo (a única classe que produz em abundância). Assim, devemos evitar a confusão comum disseminada pelo pensamento liberal de que a liberdade de movimento de capitais significa liberdade econômica (e, portanto, presença das demais liberdades) para a sociedade. Belloc e Chesterton colocam a questão corretamente ao situar a liberdade em termos de acesso efetivo à propriedade privada pelo maior número possível de famílias.

**- Bruno Gomes: A grande indústria não gera efeitos sociais positivos como tributos, empregos e inovação?**

- Prof. Edu Albuquerque: A concorrência gera a inovação, não o monopólio (até Marx conhecia esse processo). De qualquer forma, ramos muito tecnológicos - que exigem investimentos constantes de capital (setores automobilístico, naval mercante, armamentista...) - e a agricultura altamente mecanizada podem ser deixados de fora das políticas distributivistas se a opção política for por um modelo econômico híbrido. A contrapartida óbvia seria a destinação dos tributos cobrados

nestas atividades intensivas em capital para o desenvolvimento de infraestruturas físicas de integração nacional e para a promoção da justiça social. Especificamente quanto ao temor da fuga de capitais, cabe perguntar-nos se todo o capital é bem vindo; e depois ter em mente que esses capitais sempre voltam quando vislumbram um bom negócio (foi assim com a União Soviética ao atrair tecnologia ocidental, e é assim em Cuba ao atrair complexos hoteleiros espanhóis, apenas para citar dois exemplos bem conhecidos).

**- Bruno Gomes: O capitalismo tem entrado numa nova fase denominada de *regime de acumulação flexível* pelo geógrafo David Harvey, sendo Bill Gates e Mark Zuckerberg tidos como expoentes dessa nova era. Esse novo capitalismo não se caracteriza pela multiplicação de pequenas empresas organizadas em rede e com mais espaço para a criatividade?**

- Prof. Edu Albuquerque: Não se esqueça que você só tem um Facebook no mercado, não dois. Só uma IBM, não duas. Os concorrentes não passam de simulacros incompletos e com limitações de mercado. Cada ideia criativa que você tem, você impede muitos outros de entrarem no mercado da conversão de ideia criativa em inovação no mercado. O próprio Zuckerberg é produto de uma situação excepcional envolvendo a Universidade de Harvard e pequenas empresas do setor de tecnologia do Vale do Silício, mas não é um modelo facilmente reproduzível (como percebem os chineses) em razão exatamente dessa limitação do mercado da qual falei. Logo, esses "espaços de criatividade" propalados pelos atuais defensores do sistema (que curiosamente também reúne marxistas) não se constituem em regra, mas na exceção. E o mesmo raciocínio se aplica àquela pequena empresa inovadora, que quanto mais excepcional for mais rapidamente será adquirida por algum grande banco ou empresa global. Mas observo que falamos da aplicação de políticas distributivistas no setor de serviços urbano que envolve toda aquela gama de atividades que ficam de fora do chamado setor quaternário ou de serviços tecnológicos, e cujo mercado é fundamentalmente local.

**- Bruno Gomes: Culturalmente o Brasil estaria pronto para aderir ao conceito de unidade familiar de produção, considerando o grau de desestruturação da família tradicional brasileira? Nossa sociedade tem capital intelectual e moral para viabilizar a pequena produção e se libertar das políticas assistencialistas?**

- Prof. Edu Albuquerque: Acredito que a questão esteja invertida. A família tradicional está desestruturada em nosso país justamente porque nunca teve acesso à propriedade familiar, salvo por um curto espaço de tempo, como em áreas de minifúndio do Sul do Brasil (que receberam imigrantes europeus para a produção de alimentos) e de comércio varejista urbano (o comércio de bairro que perdurou até

meados da segunda metade do século passado). Assim como um negro liberto da escravidão não tinha como prover a educação de seus filhos por não ter salário decente ou propriedade privada, hoje o favelado não tem como prover sua prole pelo mesmo motivo. Sem condições de garantir a reprodução de sua família, como impedir o aliciamento de seus filhos pelo narcotráfico?! E por outro lado, precisamos ter em mente que o brasileiro é um dos povos mais empreendedores do mundo; o problema está na alta mortalidade de parte expressiva desses negócios, justamente pela falta de apoio técnico e de proteção reguladora. Agora me permita inverter a lógica de raciocínio de sua pergunta. Pense uma situação de ampliação da pequena propriedade, onde a família Silva permanece desinteressada em relação ao pequeno negócio que abriu. Ocorrerá que cedo fechará as suas portas, porque as pessoas vão preferir consumir da família Machado que presta o melhor atendimento e tem a melhor relação produto/preço. Assim, as famílias como a Machado seriam o novo paradigma social, inclusive em termos de valores éticos e morais, pois estes são também fatores de competitividade essenciais numa economia do tipo familiar. E falo em valores éticos e morais de forma totalmente objetiva, pois estes serão decisivos para que os filhos se agreguem à atividade econômica familiar. Da mesma forma, os valores éticos e morais serão a base para os vínculos com outras famílias para a formação de redes de colaboração (como associações de compra de mercadorias em grande escala).



Fonte: <http://bairroviladasmerces.blogspot.com.br/2010/06/acougues-na-vila-das-merces.html>

**- Bruno Gomes: Então por que as políticas públicas sobretudo nos assentamentos de reforma agrária não deram certo?**

- Prof. Edu Albuquerque: As políticas distributivas no Brasil nas últimas décadas infelizmente foram parciais e equivocadas, sobretudo porque ao invés de gerarem autonomia para as famílias rurais geraram maior dependência de verbas públicas (assistencialismo). Nos projetos de irrigação no Vale do São Francisco o governo deu terras e água: aliás, já começou errado ao %6a+, e depois não evitou que essas mesmas terras fossem adquiridas pelo profissional liberal da cidade, pois o sertanejo não tinha noção alguma de como gerenciar a água para fins de agricultura

comercial. Faltou capacitação técnica para a autonomia. Toda a capacidade técnica desenvolvida por órgãos como Emater e Sebrae costuma ser muito mal direcionada por nossos governos. A fórmula coletivista também foi profundamente desestimulante para a formação de empreendedorismo familiar.

**- Bruno Gomes: As grandes corporações não são mais eficientes em termos de produtividade e também quanto a padrões ambientais e sanitários?**

- Prof. Edu Albuquerque: Considero este outro grande mito do capitalismo moderno. Como já disse, a competição é que gera inovação, ao passo que a condição monopolista acaba com a inovação ou nos torna escravos dela (como os modelos de atualização dos programas de computador que exigem a compra de licenças anuais). Em alguns setores os ganhos de eficiência em termos organizacionais (hipermercados e frigoríficos de grande porte) são tão pequenos que não justificam a concentração da propriedade. Em outros setores pode haver uma sinergia entre grandes e pequenos empreendimentos, caso do Vale do Silício que se tornou um paradigma em termos de inovação de processos e produtos ligados à informática, caso da gigante Benetton (especializada em marketing) que distribui mundialmente a produção de roupas das pequenas unidades familiares do norte italiano, dentre tantos outros. Entre nós temos o exemplo da Sadia e Perdigão (recentemente tornadas marcas da gigante Friboi) que se converteram em *players* globais do mercado de frango, amparadas justamente numa ampla rede de pequenos produtores rurais do Sul do Brasil. Esses exemplos demonstram que a economia familiar não está condenada apenas ao modelo autárquico e a escala local. Acredito que nestes casos a virtude reside aí no pequeno e não no grande, pois os saltos organizacionais descritos nesses exemplos poderiam ser obtidos com outras estratégias que não passassem pelo controle empresarial oligopolista. Aqui mesmo no Brasil tivemos recentemente (início de março) o caso das gigantes do setor frigorífico que corromperam fiscais dos órgãos governamentais de controle sanitário para utilizar partes impróprias da carcaça dos animais de abate e adulterar a qualidade da carne (lotes vencidos, misturas proibidas em embutidos, etc.). Nesses casos as gigantes monopolistas burlaram mais que os pequenos pelo simples fato de terem mais dinheiro.

**- Bruno Gomes: Já que adentramos ao tema... essa verdadeira tragédia envolvendo os frigoríficos brasileiros poderia ter sido evitada?**

- Prof. Edu Albuquerque: Alguns críticos do distributivismo afirmam que o Estado arrecadaria menos no caso de políticas de redistribuição da propriedade, mas esse episódio das gigantes frigoríficas brasileiras aponta no sentido contrário. A fiscalização sanitária sobre esses grandes frigoríficos era tida como mais eficiente

que sobre os numerosos pequenos abatedouros do passado recente da história brasileira. E vejam no que deu. Para um pequeno frigorífico é muito mais difícil subornar toda uma rede de agentes do controle sanitário do que para um gigante do setor. A Friboi deve mais de 2 bilhões de reais ao BNDES, dinheiro público com juros abaixo das taxas de mercado (5% ao ano e com prazo de 30 anos de carência) que serviu para quebrar os pequenos abatedouros. Via de consequência, no setor de varejo também tivemos uma concentração do mercado de carnes, pois é mais rentável para uma gigante como a Friboi negociar com grandes cadeias varejistas do que com milhares de pequenos açougues, mercearias e quitandas. O resultado é que a oligopolização do setor de abates e as grandes redes supermercadistas e hipermercados acabaram com o açougue de bairro, tirando o sustento digno de milhares de famílias brasileiras num intervalo de apenas 20 ou 30 anos. O governo foi subserviente às corporações com oferta generosa de crédito público e regras sanitárias (supostamente) cada vez mais rigorosas, difíceis de serem atendidas prontamente pelos pequenos estabelecimentos. A destruição dos açougues e mercadinhos no Brasil foi um ato criminoso dos últimos governos, muitos se dizendo governos populares.



Fonte: Autor desconhecido. Circulando pelas redes sociais.

**- Bruno Gomes: Me permita voltar a essa questão: o distributivismo não significaria uma nova fase de políticas públicas assistencialistas?**

- Prof. Edu Albuquerque: O segredo do distributivismo está no uso da mão de obra familiar, que representa incorporar produtivamente uma enorme massa de trabalho social ocioso. Mesmo que os custos de produção da unidade familiar sejam ligeiramente maiores quando comparados a empreendimentos de maior escala, temos esse ganho de produção proporcionado pela incorporação de mão de obra familiar. Isso garante a viabilidade do empreendimento familiar e lhe permite fazer gradativamente uma poupança para reinvestimento. É o caso do armazém de esquina que virou um mercadinho, da cortadora de cabelo do fundo de quintal que montou seu salão de beleza... Tudo feito sem tomada de empréstimos do BNDES, apenas com autoinvestimento. Por outro lado, esses pequenos negócios possibilitam

que mais famílias tenham recursos próprios para bancar seu plano de saúde e a universidade de seus filhos, desonerando o próprio Estado. O ganho sistêmico é enorme! Agora para que tudo isto ocorra não basta reforçar as linhas de crédito público para pequenos empreendedores (infelizmente a única bandeira pró-família da esquerda, dos socialdemocratas e até dos socialcristãos), é preciso sim regulamentação coibindo a ação monopolista naqueles setores onde a sociedade deseja a redistribuição da propriedade. Se o grande continua existindo, mais cedo ou mais tarde ele esmagará ao pequeno, e tudo irrigado por constantes e infundáveis subsídios governamentais para mantê-lo competitivo. Mas uma vez afastado o grande, o pequeno pode se desenvolver mesmo sem políticas paternalistas.

#### **- Bruno Gomes: O Distributivismo apresenta um viés religioso?**

- Prof. Edu Albuquerque: Chesterton diz que não devemos vender nossa liberdade por pequenas melhoras sociais (usualmente temporárias), demonstrando claramente que o distributivismo está preocupado com valores éticos e morais e não apenas com ganhos materiais. A Bíblia ordena que o cristão ajude prioritariamente os órfãos e viúvas de sua família, e para isto garantia o provimento dos meios materiais. Quem reler com atenção o Antigo Testamento verá que em seu êxodo os hebreus instituíram o Ano do Jubileu, que a cada 50 anos comemorava a restituição das propriedades às famílias originais. E havia ainda a Lei da Remissão que a cada 7 anos perdoava as dívidas contraídas. A igualdade judaica advinha justamente dessa redistribuição da propriedade determinada pelas leis divinas. Evidente que o pensamento distributivista evoluiu de lá para cá, adquirindo inclusive a possibilidade de estratégias antecipatórias.

#### **- Bruno Gomes: O distributivismo não traz a possibilidade de acabar com o livre mercado se for expandido para muitos setores econômicos?**

- Prof. Edu Albuquerque: O Distributivismo se apóia justamente nas trocas, no livre-mercado. Da mesma forma, valoriza a cultura empreendedora. Isso significa que o distributivismo representa uma espécie de choque de liberalismo (conforme suas origens), ao reinaugurar e preservar a competição entre iguais. Ao mesmo tempo, o distributivismo supera os liberais clássicos que ficaram presos às bandeiras da universalização da educação e da saúde, na medida em que defende uma legislação para garantir a propriedade privada a um maior número possível de famílias, restaurando a igualdade dos agentes que fazem do livre-mercado um mundo real. Mas precisamos ter cuidado para não confundir pequenas empresas capitalistas com economia distributivista. Um imigrante pode montar tão livremente quanto rapidamente uma academia numa cidade qualquer dos Estados Unidos, e crescer de tal forma que esmaga todas as demais academias do bairro. Mas para fazer isto certamente contratou mão de obra servil e talvez até tenha acessado empréstimos bancários. Esse é seguramente um exemplo de livre iniciativa, mas não de economia familiar; é tão somente um caso de sucesso individual realizado às custas do insucesso de outros tantos. Mas com o avanço da oligopolização na

América, mesmo esses casos de sucesso (*self-made man*) tendem a se tornar cada vez mais difíceis, pois sempre haverá uma grande rede de academias dominando uma costa oeste e esmagando até mesmo o indivíduo mais "virtuoso"! É notório o caso das dezenas de milhões de pequenas propriedades rurais familiares inauguradas no Oeste dos Estados Unidos (*family farmers*), que a cada geração foram diminuindo em número pela concentração de terras. A liberdade no capitalismo oligopolista é cada vez mais apenas um conceito jurídico sem correspondente no mundo real. Tenho o direito de ter propriedade, mas a chance de realmente tê-la n'algum dia é apenas virtual!

**- Bruno Gomes: Sou obrigado a me transformar em proprietário privado no distributivismo?**

- Prof. Edu Albuquerque: A economia distributiva pode e deve conviver com a economia liberal das grandes empresas, seu objetivo é apenas formar espaços de liberdade no regime de propriedade atual para garantir opção às famílias. A abertura de um negócio próprio ocorre por distintas razões: o indivíduo que não gosta de receber ordens de um patrão, o indivíduo que não quer sentir-se como gado indo para um abatedouro ao trabalhar numa fábrica, a mulher que deseja passar mais tempo junto de sua família, o indivíduo que quer realizar-se como pequeno empreendedor ou na satisfação das pessoas, a família que quer uma jornada de trabalho mais flexível para dar conta de seus compromissos religiosos, etc. Essas famílias tendo essa oportunidade de renda em negócio próprio não precisam se sujeitar ao mercado de trabalho. E a economia distributiva gera ainda a externalidade de elevação do salário médio dos trabalhadores, em decorrência do enxugamento do excesso de trabalhadores no mercado de trabalho. Por sua vez, o ambiente anti-inflacionário gerado da maior oferta de produtos e serviços dos novos pequenos proprietários pode significar uma importante redução dos custos de reprodução da própria força de trabalho. São efeitos sinérgicos no sentido da construção de sociedades mais equilibradas.

**- Bruno Gomes: O distributivismo já foi aplicado em alguma parte do mundo?**

- Prof. Edu Albuquerque: Exemplo bastante estudado é o caso de Taiwan, onde o distributivismo foi aplicado como política de engenharia social pelas forças de ocupação do general Douglas MacArthur. O título da terra foi transferido aos camponeses mediante o pagamento de obrigações de longo prazo (10 anos) aos proprietários fundiários. Ao mesmo tempo, para atender o consumo rural crescente de insumos e maquinários, a segunda parte do programa consistiu em direcionar esses títulos pagos aos ex-proprietários fundiários ao esforço de industrialização. Com a proteção governamental contra os importados e a garantia de consumo interno, a produção industrial da China Nacionalista também cresceu aceleradamente. Mas se esse é o caso de engenharia social distributivista mais conhecido, temos diversos outros exemplos mais ligados à tradição. Madrid tem poucos *shopping centers* e Paris permite a localização de unidades do Grupo

Carrefour apenas nas afastadas vias periféricas, justamente para não fechar os pequenos estabelecimentos familiares. No mundo árabe temos em muitos países algo bastante semelhante ao entendimento da Doutrina Social da Igreja Católica, com o princípio da destinação universal dos bens e sua função social. Até mesmo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 inseriu a obrigação patrimonial da função social. Algumas de nossas prefeituras se adequaram ao Estatuto da Cidade de 2001, exigindo estudo de impacto de vizinhança para grandes empreendimentos comerciais, ainda que este consista basicamente num conserto de medidas parcialmente compensatórias. Temos ainda a Lei da Agricultura Familiar de 2009, que determina que as prefeituras adquiram de propriedades familiares até 30% dos gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar. Mas nenhuma dessas leis brasileiras atacou o cerne da questão da concorrência desigual dos grandes empreendimentos, se restringindo à medidas paliativas.

**- Bruno Gomes: Onde em nossa nação podemos aplicar o distributivismo na atualidade?**

- Prof. Edu Albuquerque: Naqueles setores intensivos em mão de obra e que operam em pequena escala produtiva, onde não afetaria a produtividade sistêmica. Se a agricultura de grãos é altamente mecanizada, a cultura de hortigranjeiros não é (pela peculiaridade do produto e relação direta e diária com o consumidor). Se a produção de automóveis é um processo produtivo da grande indústria, a produção de sanduíches não é. E também a academia de esportes, a farmácia, o açougue, o mercadinho, o instituto de beleza, e tantos outros, são atividades passíveis de aplicação do modelo distributivista. Novidade demais? Então que se comece em alguns municípios por uma dessas atividades ao menos, avaliando-se os impactos positivos e desafios enfrentados, antes de se pular a outra atividade. O que não podemos e continuar de braços cruzados esperando o desaparecimento da família.

*Recebido em Maio de 2017.*

*Publicado em Julho de 2017.*